

# POLÍTICAS CURRICULARES SOB A PERSPECTIVA DA OBRA A REPÚBLICA, DO FILÓSOFO PLATÃO – UM MODELO “IDEAL” DE CURRÍCULO?

Diane Rocha Miranda<sup>1</sup>  
Elias Pascoal<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo do artigo é traçar um paralelo entre a perspectiva pedagógica presente na obra *A República* de Platão e as teorias pedagógicas atuais, especialmente a pedagogia crítico-social dos conteúdos, defendidas no Brasil pelos teóricos Dermeval Saviani e José C. Libâneo. A partir desse paralelo, discutimos as possibilidades de aplicação dessas teorias com enfoque no ensino superior.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana.<sup>3</sup>

A história do pensamento pedagógico não se distingue completamente da própria história da filosofia. Assim, se podemos atribuir ao legado de Platão o alicerce do pensamento ocidental, o mesmo se dá com a tese sobre a educação defendida por ele. Ao se tratar de Platão, no entanto, não podemos nos resumir a um simples fazer história, seja da filosofia, seja da pedagogia.

A proposta do presente artigo é, antes de tudo, pensar criticamente à luz do pensamento platônico, como a pedagogia atualmente é praticada e pensada, especialmente no Brasil, e até onde é possível um projeto pedagógico que se alinhe com a proposta de Platão. Para que seja possível chegar a esse paralelo entre Platão e a pedagogia atual, vamos inicialmente compreender qual é o projeto platônico e como ele se insere no contexto da filosofia de Platão. Analisaremos especificamente o projeto proposto no diálogo *A República*<sup>4</sup>, compreendendo como, a partir do projeto para a educação do guardião, Platão desenvolve um projeto pedagógico que complementa seu projeto político.

Em seguida, daremos um panorama das teorias pedagógicas que, de alguma forma, se alinham ou se distanciam da proposta de Platão. Especialmente, pretendemos apresentar a pedagogia crítico-social dos conteúdos, que tem sua maior expressão no Brasil os teóricos Dermeval Saviani e José C. Libâneo. Pretendemos analisar de que forma essa proposta alia os conteúdos acumulados pela humanidade com uma função da educação como transformadora da sociedade.

Por último, faremos uma análise crítica das possibilidades e/ou impossibilidades de aplicar a proposta de Platão a nossa realidade pedagógica e, conseqüentemente, a nossa realidade educacional, política e social.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Araguaia

<sup>2</sup> Orientador do curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Araguaia

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 11.

<sup>4</sup> PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

## *O Projeto Pedagógico de Platão*

Arístocles, que foi mais conhecido como Platão, nasceu em 427 a.C. em Atenas. De descendia ilustre, era membro de uma família rica da Messênia e tinha, entre seus ancestrais, importantes políticos, como o rei Crodo e Solón. Já em sua juventude esses fatos levaram Platão a eleger, a vida política como seu ideal, influenciando de profundamente a substância de seu pensamento.

Muitos estudiosos afirmam que Platão conviveu e se tornou discípulo de Sócrates, a princípio, “não para fazer da filosofia o escopo da própria vida, mas para preparar-se melhor, por meio da filosofia, para a vida política.”<sup>5</sup> Além de Sócrates, foi discípulo de Heráclito, Crátilo e de Euclides de Megara e conheceu as ideias de Parmênides de Eléia. Tinha, ainda, conhecimento da filosofia da Escola itálica e das ideias pitagóricas, especialmente a teoria do número e a da transmigração das almas.

O primeiro contato pessoal com a política foi em 404-403 a.C, momento em que a aristocracia tomou o poder e dois de seus parentes participaram do governo oligárquico; foi, porém, uma experiência decepcionante, Platão viu serem postos em ação métodos violentos, justamente por pessoas em quem confiava. Seu desapontamento com os métodos da política praticada em Atenas teve seu ápice em 399, com a condenação de Sócrates.

Após a morte de Sócrates, Platão foi convidado por Dionísio I, um tirano, a ir a Siracusa, na Itália. Aceitou fazer a viagem com a expectativa de convencer o tirano de seu ideal do rei-filósofo. Mas Dionísio acabou se irritando com Platão chegando a vendê-lo como escravo.

Em 385 a. C., Platão retorna a Atenas e funda a Academia no horto dos *Academos*, e atraiu vários jovens e homens ilustres. Entre seus discípulos estavam intelectos promissores, como, por exemplo, Aristóteles de Estagira. Em 367, Platão retorna à Itália, a convite de Dionísio II, que sucedeu seu pai que havia morrido nesse mesmo ano. Mas, mais uma vez seus objetivos foram frustrados ele não conseguiu completar a preparação filosófica de Dionísio II. Embora tenha ainda tentado uma terceira vez, Platão passou a correr grande risco. Em 360, decide voltar a Atenas e lá permaneceu na direção da Academia até a sua morte em 347 a.C.

A obra de Platão é extensa, conta com trinta e seis diálogos que foram subdivididos em nove tetralogias, ordem estabelecida por Trásilo, mas foi iniciada antes dele, que se baseia no conteúdo de cada obra. A partir da utilização do critério estilométrico, estabeleceu-se que *A República* pertence à fase central da produção de Platão, é precedida por *Fédon* e pelo *Banquete* e antecede *Fedro*.<sup>6</sup>

*A República* é, sem dúvidas, a obra mais traduzida e estudada de Platão. Consequentemente, é considerada a mais influente, chegando a ser reconhecida como um dos mais expressivos textos de

---

<sup>5</sup> REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga: Platão e Aristóteles – vol. II.** Tradução de Henrique C. de Lima Vaz e Marcelo Perine. 2. edição. São Paulo: Loyola, 2002, p. 07.

<sup>6</sup> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga – vol. I.** Tradução de Ivo Storniolo. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2007, p. 134.

filosofia de todos os tempos. O tema central do diálogo é responder a questão ‘o que é justiça?’ e, a partir daí compreender qual a natureza da justiça e como ela se forma. Para se chegar a esse conceito, Platão fundamenta uma concepção de estado em que a ideia de justiça poderia ser empregada e fosse realizável.

E é justamente na fundamentação desse estado que o filósofo desenvolve seu projeto pedagógico. Assim, é preciso ter em mente que o diálogo *A República* é formada de vários assuntos subordinados a um mesmo tema, mas que não se resume a simplesmente responder sua questão inicial.

O primeiro passo para compreender esse projeto pedagógico desenvolvido por Platão é ter claro qual sua concepção de estado. Para o filósofo, o estado funciona tal qual um indivíduo humano e sua alma:

Sócrates — E ela [a cidade] não se comporta como um único homem? Eu explico: quando um dos nossos dedos recebe um ferimento, a comunidade do corpo e da alma, que forma uma única organização, experimenta uma sensação; totalmente e ao mesmo tempo sofre com uma das suas partes: por isso dizemos que o homem tem dores no dedo. Acontece a mesma coisa com qualquer outra parte do homem, quer se trate do mal-estar causado pela dor, quer do bem-estar que provoca o prazer;

Glauco — De fato, acontece a mesma coisa. E a imagem perfeita que buscavas do Estado bem governado.

Sócrates — Então, se a um cidadão acontecer um bem ou um mal qualquer, será principalmente uma cidade assim que experimentará como sendo seus os sentimentos que ele experimentar e ela, como um todo, compartilhará a sua alegria ou a sua tristeza.

Glauco — É assim que deve ser numa cidade bem administrada e com boas leis.<sup>7</sup>

O estado ideal platônico mantém a harmonia entre suas partes de tal modo que o sucesso ou o fracasso de um cidadão, afeta o estado como um todo e afeta, portanto, toda a comunidade. Desse modo, a lei não deve ser feita para uma classe ou grupo:

[...] a lei não se ocupa de garantir uma felicidade excepcional a uma classe de cidadãos, mas esforça-se por realizar a felicidade de toda a cidade, unindo os cidadãos pela persuasão ou a sujeição e levando-os a compartilhar as vantagens que cada classe pode proporcionar à comunidade; e que, se ela forma tais homens na cidade, não é para lhes dar a liberdade de se voltarem para o lado que lhes agrada, mas para os levar a participar na fortificação do laçado Estado.<sup>8</sup>

É necessário, dentre desse ideal de funcionamento do estado, que cada indivíduo colabore, não visando apenas sua felicidade, mas colaborando com a felicidade equilibrada do estado todo, e, assim, participando da felicidade de todo o organismo social. Essa colaboração se dá a partir do momento em que cada indivíduo ocupa sua função específica no todo ordenado.

A cada cidadão cabe exercer sua função conforme sua melhor aptidão:

---

<sup>7</sup> PLATÃO. *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p.165.

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, p. 230.

Sócrates — Portanto, meu amado Glauco, quando exigíamos que o sapateiro, o carpinteiro ou qualquer outro artesão exercesse bem seu ofício sem intrometer-se em outras atividades, estávamos estabelecendo sem querer uma imagem da justiça.

Glauco — Aparentemente.

Sócrates — Com efeito, a justiça se parece perfeitamente com esta imagem [...].<sup>9</sup>

Um ponto importante a ser destacado é que Platão não faz distinção entre homens e mulheres no exercício de suas funções:

Sócrates — [...], as mulheres dos nossos guerreiros abandonarão as suas roupas, pois a sua virtude as substituirão; participarão da guerra e de todas as atividades relacionadas com a defesa da cidade, sem se ocupar de outra coisa. No serviço, atribuir-lhes-emos apenas a parte mais leve, devido à fraqueza de seus músculos. E a respeito daqueles que zombam das mulheres nuas, quando estiverem treinando para um objetivo superior, não sabem do que zombam nem o que fazem. De fato, devemos sempre afirmar que o útil é belo e que só o nocivo é vergonhoso.<sup>10</sup>

Platão, então, divide o estado ideal em três classes distintas: trabalhadores, auxiliares e governantes. Em cada uma dessas classes, o indivíduo deve ocupar o lugar que lhe cabe e exercer sua função e é nesse princípio que reside a justiça:

Sócrates — [...] a justiça significa guardar apenas os bens que nos pertencem e em exercer unicamente a função que nos é própria.

Glauco — Perfeitamente.

[...]

Sócrates — Se, por outro lado, um homem que a natureza predispôs para ser artesão ou a exercer qualquer outra atividade lucrativa, orgulhoso de sua riqueza, do grande número das suas relações, da força ou de outra vantagem semelhante, tenta elevar-se à categoria de guerreiro, ou um guerreiro à categoria de magistrado, sem que ambos possuam aptidão para tal, ou se um mesmo homem procura desempenhar todas estas funções ao mesmo tempo, crês, como eu, que estas mudanças e esta confusão provocam a ruína da cidade?

Glauco — Infalivelmente.

Sócrates — A confusão entre essas três classes acarreta para a cidade o máximo da deterioração e, com toda a razão, pode-se considerar esta desordem o maior dos malefícios.<sup>11</sup>

As três classes, são determinadas a partir de três virtudes da alma: a sabedoria, a coragem e a moderação. A sabedoria e a coragem é a virtude do filósofo, pois, “[...] a facilidade em aprender, a

---

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 142.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 159.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 131, 132.

memória, a coragem e a grandeza de alma pertencem ao pendor filosófico.”<sup>12</sup> A moderação deve pertencer a todos para que seja possível “[...] confiar aos outros cidadãos a função para a qual estão naturalmente aptos, e só essa, a fim de que cada um, ocupando-se da sua tarefa própria, seja uno e não múltiplo, e assim a cidade se desenvolva, permanecendo una, e não tornando-se múltipla.”<sup>13</sup>

Munidos de sabedoria, coragem e moderação, cabe aos filósofos assumirem o governo do Estado. E, a partir daí, Platão desenvolve um modelo pedagógico de como deveria se dar a educação e seleção dos governantes. O estado platônico não deve garantir apenas a organização do todo pelo pela adequação das funções, mas deve promover a educação filosófica daqueles que serão governantes.

A educação, segundo Platão, é “[...] a arte que se propõe este objetivo, a conversão da alma, e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de o conseguir.”<sup>14</sup> Assim, a educação se dá na orientação da alma para o conhecimento: “Essa educação não ensina coisas nem nos dá a visão, mas ensina a ver, orienta o olhar, pois a alma, por sua natureza, possui em si mesma a capacidade para ver.”<sup>15</sup>

Essa educação visa formar o homem virtuoso e deve começar na infância, estimulando o desejo da criança em se tornar um cidadão apto a mandar ou a obedecer conforme for justo. Para isso, ao nascerem,

As crianças [...] serão entregues a pessoas encarregadas de cuidar delas, homens, mulheres ou homens e mulheres juntos, pois as responsabilidades são comuns aos dois sexos. [...] Estes encarregados levarão os filhos dos indivíduos de elite a um lar comum, onde serão confiados a amas que residem à parte, num bairro da cidade. Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto.

Isso evitaria que as crianças tomassem posse dos maus hábitos de seus pais e evitaria a trivialidade da vida doméstica, garantindo mais pureza em sua educação. Assim seria possível conduzir sua educação para o desenvolvimento das habilidades próprias de sua função. O estado, portanto, assume totalmente a educação das crianças.

Para maior êxito da proposta educacional platônica, ele propõe uma seleção entre as crianças e, aquelas que apresentarem disposição para se tornarem trabalhadores braçais, não deverão receber nenhuma educação especial pois são profissões mais fáceis de aprender.

Aos que serão capazes de desempenhar a função de guardiões e governantes, cabe a parte mais delicada da formação, assim a educação deve cultivar nesses a temperança e eles será dedicado a melhor educação:

---

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 282.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 118.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 226.

<sup>15</sup> CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles – vol. I.** 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 261.

A coisa mais terrível e vergonhosa que os pastores podem fazer é treinar, para os ajudarem a cuidar do rebanho, cães que a intemperança, a fome ou qualquer habito vicioso levariam a fazer mal aos carneiros e a se tornarem iguais aos lobos dos quais os deveriam proteger.

Glauco — Nada mais terrível.

Sócrates — Não devemos tomar todos os cuidados possíveis para que os nossos auxiliares não se comportem deste modo com os cidadãos, dado que são mais fortes do que eles, e não se tomem iguais aos senhores selvagens, em vez de permanecerem aliados protetores e defensores?

Glauco — E essencial prevenir esses fatos.

Sócrates — E o melhor dos cuidados não consiste em dar-lhes uma boa educação?<sup>16</sup>

Essa educação é sustentada por dois pilares: a música e a ginástica:

Sócrates — Lembremo-nos então de que se cada um de nós desempenhar a sua tarefa própria, será também justo e desempenhará a tarefa que lhe é própria.

Glauco — Sim, precisamos nos lembrar disso.

Sócrates — Portanto, não compete à razão mandar, por ser sábia e possuir a responsabilidade de velar pela alma, e à cólera obedecer à razão e defendê-la?

Glauco — Sim, com certeza.

Sócrates — Mas não é, como afirmamos, um misto de música e ginástica que conciliará estas partes, fortificando e alimentando uma delas com belos discursos e com os conhecimentos científicos, acalmando, abrandando a outra pela harmonia e pelo ritmo?<sup>17</sup>

Aqui já destacamos três pontos principais do projeto pedagógico platônico: 1 - A educação é responsabilidade do estado; 2 - A educação deve aliar o trato ao corpo e à alma; 3 - Essa educação tem um viés político intrínseco. Segundo Pagni:

O ideal de *res pública* a ordenar a desordem instituída é o molde em torno do qual se enquadrariam os cidadãos a serem formados pela educação justa que o supõe. Por ele, os saberes, a serem empregues nessa formação desenvolvida pelo mestre, e a sabedoria, da qual se julga portador, seriam legitimados, devido à veracidade desse ideal de Estado e à justeza de modelo pedagógico para empreendê-lo. O poder de que o mestre está investido lhe é outorgado por um Estado e pelos saberes que possui, assim como pelos ideais divinos de que é portador, cabendo aos seus discípulos amá-lo enquanto sábio e seguir os seus ensinamentos, de modo a se colocarem a serviço do poder público e adquirem o estatuto de cidadãos.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 142

<sup>18</sup> PAGNI, Pedro Angelo. **A Filosofia da Educação Platônica: o Desejo de Sabedoria e a Paideia Justa**. Acervo digital da UNIFESP, p. 17. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/126/3/01d07t01.pdf>

Atualmente, o ensino superior é um cenário em que é possível se pensar em atuação política da educação. Embora no Brasil ainda seja comum observar cursos que obedecem a uma demanda de mão de obra e professores que figuram como o agente principal do processo de ensino-aprendizagem, reproduzindo uma metodologia tradicional centrada na transmissão de conhecimentos<sup>19</sup>, nos cursos de licenciatura ainda há o debate sobre a atuação do professor tanto por parte dos próprios docentes quanto dos discentes.

É justamente nesses debates e na formação de professores que é possível pensar na educação como um ato político:

[...] a formação continuada de professores pode ser um dos fatores da criação de novas formas, de novas possibilidades, que permitam aos docentes repensarem ou ressignificarem a sua prática educativa, visando dotá-la de um novo sentido para as suas vidas e para as vidas dos seus alunos. Partindo desses princípios, então, o desvendamento da ocorrência do processo de formação continuada dos professores universitários torna-se importante na medida em que permite conhecer os fatores que dificultam e possibilitam tal processo, e nos propicia apontar alternativas que, na nossa opinião, podem levar os professores, a querer utilizar os meios disponíveis – os fatores possibilitadores – com o objetivo de concretizar ações docentes realmente humanizadoras.<sup>20</sup>

Assim, os cursos superiores exigem não só a formação de um profissional, mas uma formação pedagógica que funcione como uma ferramenta de mudança que vem do professor para o aluno. Disciplinas comuns a cursos superiores voltados à formação de docentes como Filosofia da Educação, de Política Educacional, de Sociologia, de Psicologia do Desenvolvimento e da Educação, podem servir como instrumento para repensar a prática pedagógica.

O universo de conhecimentos está sendo revolucionado tão profundamente, que a mudança é hoje uma questão de sobrevivência. Trata-se de repensar a dinâmica do conhecimento num sentido amplo, e as novas funções do educador como mediador deste processo. O professor deve mobilizar conhecimentos, habilidades, saberes e demais recursos internos e externos, acrescentando a eles a utilidade. Para tanto o educador deve construir um planejamento aberto e claro para os alunos, de forma que eles discutam junto o que será ensinado.

Destaca-se também a importância da formação continuada dos educadores, no sentido de utilizar os recursos disponíveis de forma consciente, planejada e objetiva. Além de incentivar, as novas tecnologias podem agregar-se ao processo de ensino-aprendizagem, em geral e aliar-se à capacidade de

---

<sup>19</sup> MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

<sup>20</sup> ROSEMBERG, D. S. **O processo de formação continuada de professores universitários: do instituído ao instituinte**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Wak, 2002, p. 58.

comunicação autêntica do professor, estabelecer e fortalecer relações de confiança com os alunos, pelo equilíbrio, competência e simpatia com que atua e busca novas propostas metodológicas.

O ensino superior deve ter como objetivo a educação transformadora, que superem a mera aquisição do conhecimento. Nesse sentido, há a possibilidade de aplicação da proposta da pedagogia histórico-crítica: o professor universitário é o que tem maior possibilidade, na sua atuação profissional, de exercer tanto o seu papel essencial de educador, como de mediador do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Libâneo<sup>21</sup>, a tarefa da pedagogia é ocupar-se com a formação humana, em contextos determinados por marcos temporais e espaciais. Assim, devemos assumir que a cada contexto histórico pelo qual o Brasil passou, trouxe com ele teorias e práticas pedagógicas específicas e com objetivos determinados próprios de seu período. Para Libâneo a pedagogia

Compõe o conjunto das ciências da educação, mas se destaca delas por assegurar a unidade e dar sentido à contribuição das demais ciências, já que lhe cabe o enfoque globalizante e unitário do fenômeno educativo. Não se trata de requerer à pedagogia exclusividade no tratamento científico da educação; quer-se, no entanto, reter sua peculiaridade em responsabilizar-se pela reflexão problematizadora e unificadora dos problemas educativos, para além dos aportes parcializados das demais ciências da educação. Nossa posição é de que a multiplicidade de enfoques e análises que caracteriza o fenômeno educativo não torna desnecessária a pedagogia, antes ressalta seu campo próprio de investigação para clarificar seu objeto, seu sistema de conceitos e sua metodologia de investigação, para daí poder apropriar-se da contribuição específica das demais ciências.<sup>22</sup>

No entanto, é comum classificar as teorias pedagógicas que se desenvolveram no Brasil em duas tendências: tendências Idealistas-Liberais e tendências Realistas-Progressistas.

As teorias que podem ser classificadas como Idealistas-Liberais têm em comum o fato de enfatizar o preparo do sujeito para o desempenho de papéis sociais, de acordo com suas aptidões individuais. Assim, os indivíduos aprendem a aos valores e normas vigentes na sociedade de classes propagando a ideia de igualdade de oportunidades, sem, no entanto, considerar a desigualdade de condições. Essas teorias são tradicionais ou renovadas.

As teorias que podem ser compreendidas como Realistas-Progressistas são as que partem de uma análise crítica das realidades sociais que sustentam os objetivos sócio-políticos da educação. A Pedagogia Progressista encontra grande dificuldade para institucionalizar-se numa sociedade capitalista

---

<sup>21</sup> LIBÂNEO, José Carlos. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea, 2005.

<sup>22</sup> Idem. **As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação**. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas: Alínea, 2005, p. 18.

e, por isso, se constitui efetivamente como instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais.

Por características mais específicas, essas tendências se subdividem em teorias específicas:

Tendências Idealistas-Liberais:

Pedagogia Tradicional: defende que a escola deve se ocupar do preparo intelectual. Iniciou-se no século XIX e predomina em grande parte do século XX, e é utilizada atualmente. Inclui tendências e manifestações que se diferem por pequenas especificidades.

Pedagogia Renovada: É também conhecida por Pedagogia Nova, movimento do Escolanovismo ou Escola Nova. Embora tenha se originado na Europa e Estados Unidos, no final do século XIX, influenciando o Brasil por volta dos anos 1930.

Pedagogia Tecnicista: Determinada pela crescente industrialização, quando a Pedagogia do Escolanovismo não consegue se ocupar do preparo de profissionais. Desenvolveu-se na Segunda metade do século XX nos Estados Unidos e no Brasil de 1960 a 1979.

Tendências Realistas-Progressistas:

Pedagogia Libertadora: tem como princípio a análise crítica das realidades sociais, sustentando as finalidades sócio-políticas da educação. Iniciou-se nos anos 1960.

Pedagogia Libertária: defende a independência teórica-metodológica, procurando valorizar experiências de autogestão, prática da não diretividade e autonomia. Cumpre o papel de ferramenta na luta do professor associado a outras práticas sociais, pois não tem espaço para se institucionalizar na sociedade capitalista.

Pedagogia Histórico-Crítica ou Crítico-Social dos Conteúdos: Surge no fim dos anos 1970 para contrapor um ensino e um ambiente escolar que reproduz o sistema e as desigualdades sociais. Ressalta as relações interpessoais e o crescimento que essas interações proporcionam. É focado no desenvolvimento da personalidade do sujeito e em seus processos de construção. Preocupa-se ainda com a organização pessoal da realidade e em sua capacidade de atuar como um sujeito integrado.

### *A Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Platônica: Diferenças e Aproximações*

Caracterizada como uma teoria progressista, a Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos sua preocupação é com a função transformadora da educação em relação à sociedade, aliando, a isso o processo de construção do conhecimento fundamentado nos conteúdos acumulados pela humanidade.

No Brasil, essa proposta foi desenvolvida por Dermeval Saviani, que utiliza vários autores, como: Marx, Gramsci, Kosik e Snyders. Além de Saviani, outros educadores e teóricos contribuem com o desenvolvimento dessa corrente, dentre os quais destacamos José Carlos Libâneo.

Saviani afirma que a pedagogia Crítico-social dos Conteúdos se propõe a tais tarefas:

a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.

b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.

c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.<sup>23</sup>

Podemos destacar que o objetivo maior da Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos é a transformação social. Ao mesmo tempo, valoriza os saberes acumulados por meio da história, como veículo de compreensão da própria realidade. Assim, ao mesmo tempo em que é necessário conhecer e compreender a história e a transformação que cada fato traz, é necessário compreender a própria realidade em que o sujeito está inserido, a partir de um ponto de vista crítico de seu ambiente de trabalho, vivência social e relações de poderes resultantes daí:

O que se chama desenvolvimento histórico não é outra coisa senão o processo através do qual o homem produz a sua existência no tempo. Agindo sobre a natureza, ou seja, trabalhando, o homem vai construindo o mundo histórico, vai construindo o mundo da cultura, o mundo humano. E a educação tem suas origens nesse processo. No princípio, o homem agia sobre a natureza coletivamente e a educação coincidia com o próprio ato de agir e existir, com o trabalho, portanto. O ato de viver era o ato de se formar homem, de se educar.<sup>24</sup>

É importante ressaltar que a pedagogia Crítico-social dos Conteúdos não se resume a passar conteúdos, mas se alia a um ato que envolve o papel da escola na difusão de conteúdos; métodos de ensino subordinados aos conteúdos; uma relação professor-aluno em que o professor seja um mediador; o reconhecimento do aluno nos conteúdos e articulação entre o político e o pedagógico. Sobre esse último ponto, Libâneo afirma:

O esforço de elaboração de uma pedagogia "dos conteúdos" está em propor modelos de ensino voltados para a interação conteúdos-realidades sociais; portanto, visando avançar em termos de uma articulação do político e do pedagógico, aquele como extensão deste ou seja, a educação "a serviço da transformação das relações de produção". Ainda que a curto prazo se espere do professor maior conhecimento dos conteúdos de sua matéria e o domínio de formas de transmissão, a fim de garantir maior competência técnica, sua contribuição "será tanto mais seja eficaz quanto mais seja capaz de compreender os vínculos de sua prática com a prática social global", tendo em vista (...) "a

---

<sup>23</sup> SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 8 – 9.

<sup>24</sup> Idem, *Ibidem*, p. 81.

democratização da sociedade brasileira, o atendimento aos interesses das camadas populares, a transformação estrutural da sociedade brasileira".<sup>25</sup>

A educação, portanto, deve ter um papel transformador na sociedade, não deve formar apenas indivíduos, mas sujeitos ativos e cidadãos críticos. E essa formação implica em um questionamento de como esse mesmo sujeito vive e pelo julgamento de sua situação social e suas contradições afinal:

A ambiguidade que atravessa a questão escolar hoje é marcada por essa situação social. E a clareza disso é que traduz o sentido crítico da pedagogia. Com efeito, a pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como o educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional. Aí está o sentido fundamental do que chamamos de pedagogia histórico-crítica. Nesse quadro, tenho insistido em alguns pontos que, de certo modo, poderiam ser chamados de óbvios. Mas é preciso insistir porque eles acabam sendo esquecidos. Por exemplo, que a escola básica é importante para todos, que a alfabetização deve ser acessível a todos é o óbvio. No entanto, isso fica obscurecido por toda uma série de tergiversações as quais servem para retardar a consecução desse objetivo, contemporizar e prolongar as desigualdades vigentes.<sup>26</sup>

A primeira cisão entre as duas propostas e o mais evidente, é o próprio contexto em que foram desenvolvidas. As duas teorias estão cindidas tanto por questões temporais quanto por questões espaciais. A teoria de Platão tinha um contexto muito específico, foi escrito para a Atenas de cerca de 400 a. C. Já a Pedagogia histórico-crítica, tem sido desenvolvida no Brasil e, mais atual, impossível.

A educação platônica propõe entregar totalmente a responsabilidade ao estado, e isso já causa algumas conseqüências como, por exemplo, o fato de que o futuro indivíduo não teria qualquer relação ou aproximação com a realidade de seus pais. Não importaria se os pais fossem reis ou escravos, essa realidade ficaria totalmente indiferente à educação do futuro cidadão.

Para a pedagogia histórico-crítica, reconhecer essa realidade e poder transformá-la é justamente um de seus objetivos primários. Embora o estado tenha responsabilidade de oferecer educação, isso não significa distanciar o aluno de seu convívio familiar e social. Esse convívio colabora com a própria educação e é o que a qualifica.

Um ponto de aproximação entre as duas teorias é ambas destacam a designação do papel do professor. Para Platão, o professor exerce o papel de tutor, ele assume a educação de forma completa, o que envolve educação moral e política. Na pedagogia histórico-crítica, o professor é um mediador:

---

<sup>25</sup> LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 34.

<sup>26</sup> SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 86.

Há um confronto do aluno entre sua cultura e a herança cultural da humanidade, entre seu modo de viver e os modelos sociais desejáveis para um projeto novo de sociedade. E há um professor que intervém, não para se opor aos desejos e necessidades ou à liberdade e autonomia do aluno, mas para ajudá-lo a ultrapassar suas necessidades e criar outras, para ganhar autonomia, para ajudá-lo no seu esforço de distinguir a verdade do erro, para ajudá-lo a compreender as realidades sociais e sua própria experiência.<sup>27</sup>

Ainda podemos destacar o próprio papel da educação: na *pólis* de Platão, a educação tem como função moldar o indivíduo, aliar a educação do corpo e da alma em prol das necessidades do estado. Na proposta de Saviani o indivíduo deve ter uma formação crítica, torná-lo um sujeito ativo.

Em um ponto as duas teorias se convergem substancialmente, embora com objetivos bem diferentes, ambas percebem o papel político da educação. Nos dois casos podemos dizer que a educação é, em si mesma, um ato político. Um ato político, no entanto, que pode regular o indivíduo a exercer cegamente seu papel ou que pode libertá-lo e transformá-lo naquele que faz sua própria história. Educação e política não se desvinculam, mas se complementam e participam uma da outra.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje temos uma realidade que sugere a necessidade de instituir novos cenários de aprendizagem e práticas educacionais que compreendam a importância de uma educação permanente. É preciso levar em conta que o processo educativo nunca se esgota, é um processo que ultrapassa os limites da sala de aula e prepara o indivíduo para atuar frente à realidade social em que estão inseridos.

Os novos modelos da educação incentivam os professores a repensarem e reverem suas práticas pedagógicas, surgindo a necessidade de uma atuação docente que propicie uma aprendizagem crítica e transformadora do discente. Essa atuação exigiria um novo posicionamento embasado em pressupostos elementares e voltados para a ação reflexiva, ética, responsável e que corresponda ao novo contexto atualmente institucionalizado.

É necessário, portanto, investir na formação de professores já com uma proposta inovadora. Se no ensino superior o professor é descentralizado de seu papel e atua como mediador, essa mesma postura será replicada em outros níveis de educação. É sempre preciso levar em conta as diferenças, por exemplo, na maturidade entre discentes do ensino superior e da educação básica. Levando isso em conta, no ensino superior os alunos devem ter uma capacidade maior de distinção e julgamento.

Deve partir do professor de ensino superior essa nova postura, para que essa mesma postura possa voltar ao outros níveis de educação. Isso tornaria possível uma mudança de paradigma diante das exigências que requerem a prática pedagógica contemporânea. O ensino superior deve dar a

---

<sup>27</sup> LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 37.

oportunidade de buscar o desenvolvimento de competências necessárias à uma formação de uma adequada da identidade profissional e pessoal, assim, o professor se torna sujeito autônomo e responsável no processo de ensino.

A prática docente no ensino superior deve visar um duplo aspecto: a formação do próprio profissional e como esse futuro profissional poderá compreender e levar o outro a compreender e modificar a realidade.

Assim, talvez, podemos chegar ao fim com a proposta de um novo início: como compreender esse ato político intrínseco ao próprio ato de educar? Devemos pensar em nosso próprio papel como educador e, por meio da própria história, alcançar o entendimento de tantas possibilidades de atuação e dos desdobramentos das escolhas que devemos fazer.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles – vol. I. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. São Paulo: Alínea, 2005.

MASETTO, M. T. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

PAGNI, Pedro Angelo. A Filosofia da Educação Platônica: o Desejo de Sabedoria e a Paideia Justa. Acervo digital da UNIFESP. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/126/3/01d07t01.pdf>

PLATÃO. A República. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

REALE, Giovanni. História da filosofia antiga: Platão e Aristóteles – vol. II. Tradução de Henrique C. de Lima Vaz e Marcelo Perine. 2. edição. São Paulo: Loyola, 2002.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia: filosofia pagã antiga – vol. I. Tradução de Ivo Storniolo. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2007.

ROSEMBERG, D. S. O processo de formação continuada de professores universitários: do instituído ao instituinte. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Wak, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.